

Desvendando as abordagens da Sociologia Ambiental: revisão de artigos selecionados

Unveiling Environmental Sociology Approaches: a Review of Selected Articles

Fábio Bacchiegga*

*Doutorando em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
End. eletrônico: fabiobacc@gmail.com

Recebido em 18.01.13

Aceito em 21.10.13

ARTIGO - Varia

Resumo

A temática ambiental tornou-se objeto de ampla reflexão nas últimas décadas, pautando discussões, delimitando e consolidando uma sólida presença, em especial nos debates acadêmicos. Esta surge nos anos 1960, dentro de um contexto histórico muito específico – de contracultura e críticas ao modelo de desenvolvimento predatório vigente. Chega ao Brasil nos anos 1970, assumindo uma face singular, agora como uma crítica ao fim do “Milagre Econômico” e aos impactos ambientais resultantes dessa opção de crescimento. Conhecer seu processo de institucionalização é importante para compreender como a Sociologia Ambiental deixa o *status* de subcampo de áreas da Sociologia, como a Rural, e conquista um campo específico. Neste trabalho, apresenta-se uma discussão sobre o “fazer” da Sociologia Ambiental brasileira, pensando-a como um campo de estudos estabelecido e que necessita refletir sobre sua construção teórica. Diante disso, visa-se analisar os artigos a respeito da temática “Ambiente e Sociedade”, publicados nas principais revistas relacionadas à área de Humanidades do Brasil de 1980 até 2007, com base no método de Análise de Conteúdo, para, assim, colaborar para a compreensão de como o processo de institucionalização é importante para compreender como a Sociologia Ambiental deixa o *status* de subcampo de áreas da Sociologia, como a Rural, e conquista um campo específico de (re)fazer da Sociologia Ambiental como área específica do pensamento sociológico

Palavras-chave: Sociologia Ambiental, Análise de Conteúdo (comunicação), meio ambiente, sustentabilidade

Abstract

The environmental issue has become the object of wide discussion in recent decades, delimiting and building a solid presence, especially in the academic field. This issue has emerged during the 1960s, within a very specific historical context – counterculture and criticisms of the current predatory model of development. It has arrived in Brazil in the 1970s, assuming a singular face. Nowadays, it expresses the criticism of the end of the “Economic Miracle” and the environmental

impacts resulting from this development option. Knowing the process of institutionalization is important to understand how Environmental Sociology leaves the status of subfield areas of Sociology, such as Rural Sociology, and achieves a specific field. In this paper, we present a discussion about the “making” of the Brazilian Environmental Sociology, arguing it as an established field of study and it needs to reflect about its theoretical construction. Therefore, we aim to analyze the articles on the theme “Environment and Society” published in major journals related to the Humanities area of Brazil, 1980 to 2007, from the method “Content Analysis”, and thus contribute to the understanding of Environmental Sociology process of (re)making as a specific area of sociological thought.

Keywords: Environmental Sociology, Content Analysis (communication), Environment, sustainability

1 Introdução

Neste artigo, pretende-se fomentar e colaborar com a discussão sobre o processo de institucionalização da Sociologia Ambiental como uma área específica dentro dos debates da Sociologia contemporânea. Sabe-se que a própria temática ambiental é um tema recente; surgiu nos anos 1960, junto com movimentos de contracultura, das organizações do terceiro setor, da crítica ao modelo de desenvolvimento predatório vigente e ao crescente armamentismo (FERREIRA, 2006)

Inúmeros estudos, de diferentes áreas, começaram a questionar os limites do desenvolvimento e da busca pelo lucro, a crescente degradação dos recursos naturais, a noção indagável de renovabilidade do meio natural e a ação cada vez mais predatória dos Estados na busca do crescimento econômico (GORZ, 1980; ILLICH, 1976; HANNIGAN, 2009). Assim, num contexto internacional, principalmente no Leste europeu, a temática ambiental ganha força rapidamente, de forma muito diferente do caso brasileiro, onde, na época, a efervescência ambiental passou praticamente despercebida.

Dentro do território brasileiro, somente o fim do “Milagre Econômico” e a análise de suas consequências, não só ambientais, mas também em inúmeras outras esferas, torna parte da sociedade civil mais informada e sensível à temática ambiental (FERREIRA; FERREIRA, 1992)¹.

Assim, o ambientalismo expande-se no Brasil, principalmente nos anos 1980, estimulado pela divulgação do Relatório Brundtland, pela escolha do Brasil para ser a sede da segunda conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente (Rio-92), pela crise da “Década Perdida”, a qual que levou muitos grupos a questionarem o modelo de desenvolvimento predatório estimulado pelo governo militar, o aumento significativo na área de queimada na Amazônia e o assassinato de Chico Mendes, grande líder do movimento socioambiental dos seringueiros. Esses dois últimos episódios foram de grande repercussão no âmbito internacional, transformando o governo brasileiro em “vilão ambiental”, o que serviu também para aumentar o poder e influência dos grupos de pressão que tratavam sobre as questões ambientais.

Na Universidade, a questão ambiental recebeu tratamento especial em várias esferas do conhecimento, como a Química e Biologia; nas Ciências Humanas o tema expande-se também nos anos 1980, inicialmente como um subcampo de outras esferas de estudo, como a Sociologia Rural e do Desenvolvimento.

É fato relevante que pioneiros da sociologia clássica apenas tangenciaram o assunto, ou seja, não temos estudos diretos de Marx, Weber e Durkheim sobre as questões ambientais, embora vários teóricos tenham feito inúmeros esforços para buscar as questões da natureza nos escritos dos clássicos (FOSTER, 2005).

Não é objetivo deste trabalho formular uma Sociologia da Sociologia Ambiental. Partimos da necessidade de compreender que, ao longo de sua trajetória, essa esfera do conhecimento foi ganhando autonomia, refazendo paradigmas, organizando conceitos, a ponto de podermos estudar, como este trabalho propõe-se, as suas bases e fundamentações teóricas mais relevantes.

Este trabalho parte de uma Sociologia Ambiental já estruturada; visa analisar qualitativamente seus textos sob a ótica de suas próprias teorias, repensando-as. Com base na seleção de artigos sobre a interface entre Ambiente e Sociedade², buscamos classificá-los qualitativamente entre as correntes teóricas da Sociologia Ambiental e analisá-los, apresentando referências para pensarmos a estruturação de uma Sociologia Ambiental brasileira.

Acreditamos na necessidade de se pensar uma Teoria Sociológica Ambiental com os seus próprios conceitos, a fim de fortalecê-la e criar suas bases de análise, garantindo a manutenção de sua autonomia como espaço de reflexão das questões ambientais e sociológicas.

2 As correntes teóricas da Sociologia Ambiental

Buttel (1996 *apud* FERREIRA, 2006) sintetiza a trajetória da Sociologia Ambiental em três momentos distintos: o período da formação, da constituição de um núcleo teórico e o da incorporação no campo teórico da sociologia geral. O primeiro momento é marcado pela ação da Sociologia Ambiental como um subcampo em outras áreas de estudo sociológico, como a Sociologia Rural. Cabia a essa disciplina cobrir lacunas conceituais desses campos, ou seja, “a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro de disciplinas já existentes” (FERREIRA, 2006, p. 51).

Na fase seguinte, o trabalho de renomados intelectuais como Buttel (1992; 1996; 2000; 2002), Catton (1979; 1998), Hannigan (2009), Dunlap (1979; 1993; 1998) e Yearley (1996), dentre outros, com críticas ao modelo de desenvolvimento predatório vigente, serviu para a formação de um referencial teórico específico da questão ambiental. Por fim, em sua terceira e contemporânea fase, encontramos a incorporação dos conceitos da Sociologia Ambiental nos trabalhos da teoria sociológica contemporânea. O assunto passa a ser pauta de novas discussões de vários teóricos sociais, como Giddens (1991) e Beck (1995; 1998)³.

Este trabalho visa atuar exatamente nessa terceira fase, considerando a Sociologia Ambiental como um campo particular de conhecimento sociológico e que necessita de reflexões com base em seus conceitos e estruturas já organizadas. Para estruturar-se, a Sociologia Ambiental teve e ainda tem que repensar paradigmas teóricos e criar seus próprios conceitos. Este trabalho oferece um pensamento sobre a teorização, buscando analisá-la dentro de seus próprios parâmetros criados ao longo de sua formação.

Assim, segue abaixo uma breve explanação sobre as correntes teóricas da Sociologia Ambiental presentes em Ferreira (2002; 2006) que serviram de referenciais para a realização da posterior análise dos artigos.

2.1 Materialismo Durkheimiano

Esta corrente teórica é considerada a pioneira dos estudos da interface entre a temática ambiental e a Sociologia e tem como os principais representantes os pesquisadores W. R. Catton (1979; 1998) e R. E. Dunlap (1979; 1993; 1998), que, ao longo dos anos 1960 e 1970, divulgaram diversos artigos enfatizando a necessidade de uma mudança nas bases sociológicas para os estudos das questões ambientais. Regido por uma interação de forças, o meio biofísico atua e responde às ações humanas, mantendo ou modificando sua “engrenagem”; daí o caráter durkheimiano da corrente teórica para entender as relações entre o mecanismo biofísico e as ações da vida em sociedade.

Catton e Dunlap (1979) acreditam que, diante da nova realidade da interação entre Homem e natureza, é necessário transformar alguns paradigmas dentro das Ciências Humanas para abarcar os estudos ambientais que vêm se tornando tão importantes. Surge, então, a necessidade de revermos, dentro dos aspectos clássicos da Sociologia, paradigmas tradicionais. Segundo a visão do Materialismo durkheimiano, muitos paradigmas sociológicos nasceram para valorizar as questões nacionais, como a cultura, as relações de poder e características sociais dos grupos humanos, esquecendo o substrato material oferecido pelo meio biofísico para que tudo isso desenvolvesse-se. Não se trata de minimizar os polos de atenção e estudos da Sociologia Clássica, mas acrescentar o meio natural nesses estudos, compreendendo que estes também estão inseridos nessa lógica das relações de poder, cultura e sociedade. Esses autores defendem que deveria ser abandonada a visão na qual o homem é o único foco, o chamado Paradigma da Excepcionalidade Humana (PEH)⁴, em benefício de uma visão em que o Homem é parte importante, mas não única, dividindo a ênfase e atenção com o meio biofísico, no chamado Novo Paradigma Ecológico (NEP)⁵.

2.2 Materialismo marxista

Esta corrente teórica tem como principal expoente os escritos de A. Schnaiberg (1996), com forte base na tradição marxista. Assim como o Materialismo durkheimiano, parte da importância do caráter material das sociedades está presente com a natureza. A corrente materialista marxista parte de alguns conceitos da

tradição marxista para explicar a relação da degradação ambiental, em especial na sociedade capitalista contemporânea, como a noção da função do Estado.

O Estado funcionaria como uma “esteira de produção” da seguinte forma: só teria a manutenção segura do seu poder, favorecendo determinados grupos e, em especial, estimulando a acumulação de capital e o crescimento econômico. Ou seja, seria muito contraproducente para um Estado que não viabilizasse o crescimento para sua população e/ou para o “bloco no poder”. Porém, esse crescimento econômico e essa acumulação têm origem na automação, no estímulo à produção industrial, aumentando o desemprego e a precarização do trabalho para a classe operária. O Estado, por sua vez, ainda para a manutenção de seu poder, cria políticas de geração de empregos e políticas sociais para manter a sua popularidade. No fim, seja favorecendo a classe burguesa, seja aparentemente a classe operária, sempre o fim é a busca pelo acúmulo de mais riqueza. Esse ciclo de estímulo à acumulação leva à necessidade de “retiradas” (extração de recursos naturais) cada vez maiores e ao surgimento de “acréscimos” (poluição) em excesso.

2.3 Pós-materialismo

Os trabalhos do enfoque pós-materialista vêm ganhando espaço dentro da teorização ambiental nos últimos anos, em especial graças aos trabalhos de R. Inglehart (1990), em que o tema “meios naturais” sai de uma perspectiva material para uma análise que o autor chama de pós-material.

Alguns grupos, como nos países centrais e os mais ricos dos países emergentes, não têm mais preocupações básicas como a sobrevivência e a subsistência, pois seja por uma melhor equidade social (centrais), seja pela concentração de capital (classes média e alta dos emergentes). Estes já teriam assumido uma condição materialmente confortável, focando em outras questões que passam a ser relevantes.

Isso significa que, após um determinado progresso material, algumas sociedades ou grupos, focaram-se na necessidade de buscar a proteção ambiental como uma urgência não materialista, seja porque inexistia a necessidade de acréscimo material desses grupos ou porque acontecia uma transformação na concepção de qualidade de vida e de valores “pós-materiais” a serem cultivados. Dentre esses aspectos pós-materialistas mais cultivados por esses grupos, estariam as relações com o meio natural e a sua proteção.

2.4. Construtivista

Liderados pelos textos dos pesquisadores J. Hannigan (2009) e S. Yarley (1996), este enfoque teórico reveste a questão ambiental de um caráter social pouco discutido nas outras correntes. Sem negar a obviedade da existência dos impactos ambientais, no enfoque construtivista questiona-se a quem ou a que grupos a degradação ambiental afeta. Parte-se do princípio de que o discurso ambiental pode ser socialmente construído. Dito de outra forma, existiria um arcabouço ligando

grupos de pressão, disputas de poder e novas centralidades, as quais seriam responsáveis pela criação ou valorização de temáticas ambientais.

Ou seja, esse enfoque mostra-nos como um problema ambiental pode ser socialmente construído, enquanto outros podem ser minimizados; não pela sua pouca influência ou impacto, mas, sim, por não agradar grupos de pressão em específico ou outros poderosos que contestem o impacto explorado pela Ciência. Por exemplo, é de propaganda global as queimadas na Amazônia em contraponto que muito menos divulgado, porém também muito sério, são as secas na região da África Saheliana.

Os construtivistas argumentam que, por trás do debate público sobre o meio biofísico, existe um imenso jogo de poder, em que a influência de um capital generoso estaria envolvido, movimentando os argumentos para um lado ou para o outro e favorecendo alguns grupos em detrimento de outros. A base de seus argumentos é, frequentemente, emocional, com o objetivo para mobilizar a opinião pública. Termos como “destruição dos mares”, “destruição das florestas” e outras metáforas militares são utilizadas para esquivarem-se das difíceis e, muitas vezes, frias explicações científicas.

2.5 “Sociedade de Risco”

Esta corrente teórica, liderada pelo pesquisador U. Beck (1998), parte de uma crítica ao industrialismo para chegar à noção de “sociedade de risco”. Por risco, entende-se a “maneira sistemática de lidar com perigos e incertezas introduzidas pela própria modernização” (BECK *apud* HANNIGAN, 2009, p. 46)

Com base nessa noção, percebe-se que os riscos são inevitáveis num contexto de modernidade e do industrialismo que a acompanha. A sociedade moderna e industrial tinha como grande objetivo a produção de riquezas, mesmo que esteja acompanhada pela distribuição desigual destas, e a minimização dos efeitos de contradição presentes no cerne dessa modernidade simples.

O aprofundamento dessa condição leva a uma transformação social: a criação de uma “sociedade de risco”, em que a necessidade de acumulação de riquezas trouxe à tona um meio biofísico que foi exigido ao máximo, criando situações de escassez e poluição crescentes.

2.6 Modernização ecológica

O enfoque da “modernização ecológica” parte das premissas de que essa concepção de industrialismo que levou à degradação encontrada hoje nas sociedades pode ser o grande fator de alteração dessa condição de poluição e provável escassez futura. Inicialmente paradoxal, essa interessante corrente teórica tem como pano de fundo os estudos dos holandeses A. P. J Mol (2000) e G. Spaargaren (2000), em especial quando estes analisaram a criação de novas tecnologias ecológicas na aplicação industrial na Europa Ocidental. A ideia básica seria buscar uma fusão

entre a proteção ambiental, algo necessário para a sobrevivência dos ecossistemas, e a modernização industrial, uma condição que é atual e não deixará de existir nas sociedades contemporâneas. Tratar-se-ia de “uma troca ecológica do processo de industrialização em uma direção que leva em conta a manutenção da base de sustentação existente” (MOL *apud* HANNIGAN, 2009, p. 47).

3 A “análise de conteúdo”

Conforme explicitado, este trabalho baseia-se na análise qualitativa de artigos selecionados de acordo com as diferentes correntes teóricas da Sociologia Ambiental. Um trabalho anterior a ser citado refere-se à análise quantitativa desses artigos, realizada por Santiciolli (2008)⁶, que ofereceu as bases materiais para seleção dos artigos analisados qualitativamente. Durante essa pesquisa, foram catalogados artigos que possuísem relação com a temática ambiental e a questão sociológica em quatro importantes publicações em Ciências Sociais no Brasil, o que deu origem aos seguintes dados:

Tabela 1: Quantidade de artigos

Revista Ambiente & Sociedade	178 artigos
RBCS	67 artigos
BIB	80 artigos
Revista São Paulo em Perspectiva	20 artigos

Fonte: o autor

Convém ressaltar que compreendemos que o universo de análise quantitativa poderia se estender para inúmeras outras publicações, igualmente fundamentais, nas Ciências Sociais brasileiras, porém destacamos a necessidade de o recorte metodológico para viabilizar nossas análises neste artigo. Não objetivamos, em momento algum, findar a discussão, mas apresentamos possibilidade de novos olhares em outras publicações, por exemplo. Julgamos que, da análise quantitativa dessas quatro publicações, abrangemos uma gama considerável de pensamentos e pensadores das discussões das Humanidades no Brasil contemporâneo.

Finalizada essa etapa, buscou-se classificar os artigos quantitativamente por até três palavras-chave⁷, expondo os temas mais relevantes na produção de publicações científicas na Sociologia Ambiental brasileira. Ao findar esse trabalho quantitativo, realizou-se a análise qualitativa, tema direto deste trabalho, em que se buscou a publicação mais relevante, no caso a Revista Ambiente & Sociedade (51,1% dos artigos catalogados). A palavra-chave mais recorrente, pela análise quantitativa, verificou-se ser “sustentabilidade”⁸ (43 ocorrências).

Delimitada a amostra do artigo, partiu-se para a “Análise de Conteúdo” do material selecionado. Entende-se por Análise de Conteúdo

um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' extremamente diversificados. (...) Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. (BARDIN, 2008, p. 11)

A base da Análise de Conteúdo é a "mensagem", que pode ser verbal (oral ou escrita), documental, gestual, simbólica. Em suas múltiplas possibilidades, esta remete-nos a um significado, com base no que a palavra, gesto ou símbolo expressam, e a um sentido, construído pelas condições contextuais dos produtores da mensagem, partindo de uma noção crítica e dinâmica da linguagem. Ou seja, embora uma única palavra possa conservar seu significado, seu sentido pode ser transformado ao longo do tempo, ou ser múltiplo, dependendo dos diferentes agentes que o expressam. No presente trabalho, encontraremos nossa "mensagem" nos artigos sobre Ambiente e Sociedade, de onde faremos a interpretação de seus discursos, organizando-os nos grandes grupos temáticos de enfoques teóricos.

O estudo da mensagem pela Análise do Conteúdo parte sempre da noção de que esta revela uma grande quantidade de informações sobre o seu produtor, pois se acredita que tudo que for expresso já foi, conscientemente ou não, selecionado por quem a produz. Dito de outra forma, a mensagem produzida por um autor expressa sua "concepção teórica" de mundo, mesmo que este não perceba tal fato. A Análise de Conteúdo orienta-se por meio desses dois pressupostos de que (1) existe uma mensagem a ser analisada e de que esta (2) expressa a concepção de realidade do autor, seja de forma manifesta e explícita, na qual o autor posiciona-se diretamente sobre o foco do que é estudado; seja como "conteúdo latente", oculto atrás da mensagem e que, por meio de estudos, venha ser revelado. Bardin (2008), numa comparação interessante, trabalha com a ideia de que o analista é um arqueólogo, que trabalha com "vestígios" da mensagem para revelar um todo nem sempre explícito, de acordo com seu objetivo, ao debruçar-se sobre o conteúdo.

Esses pressupostos, a princípio meramente descritivos, levam-nos para uma parte muito importante da Análise de Conteúdo: a produção de inferências. Essa fase representa a fase intermediária entre o início descritivo da mensagem e sua parte interpretativa no final. As inferências são as responsáveis por conferir ao texto valor científico, atribuindo-lhe relevância teórica. Dessa forma, produzir inferências é quando, diante de todo *corpus* a ser analisado, o pesquisador, munido de suas hipóteses e referenciais teóricos, com base na análise comparativa, confere sentido ao material a ser pesquisado. Essa etapa, mais trabalhosa, é fundamental para permitir a interpretação e a transformação dos dados em itens para a pesquisa. Portanto, "produzir inferências é, pois, *"l'raison d'être* da análise" (FRANCO, 2008, p. 29). No caso do presente trabalho, a produção de inferência acontece após a leitura dos artigos, congregando-os nas suas correntes teóricas específicas, as quais serão o referencial teórico que possibilitará a análise comparativa.

O método da Análise de Conteúdo também pode ser chamado de "Lógico-Semântico",

pois se situa na fronteira entre as noções da Linguística, aproximando-se da Análise do Discurso e da Hermenêutica. No campo da Linguística tradicional, temos a análise dos aspectos formais do texto ou do autor, agregando estudos ligados à retórica ou ao sentido. Na análise da Hermenêutica, os estudos do campo semântico surgem buscando significados contextualizados acerca da mensagem, partindo das relações estabelecidas pelo discurso no contexto e no tempo histórico e de como este é apreendido pelos agentes.

A Análise de Conteúdo propõe-se a ser “lógico-semântica” à medida que busca uma classificação formal para os termos, uma análise lógica do conteúdo, seja este manifesto ou latente, e realiza, na fase de inferência, uma análise semântica deste. Dito de outra forma, partindo da estrutura formal do texto, o que permite sua classificação nas categorias de análise (lógica), busca-se a compreensão do sentido da mensagem, qualificando-o nas mesmas categorias, por inferência (semântica).

De posse do material, Bardin (2008) sugere a organização do método nos seguintes momentos. Inicialmente, lista a necessidade de uma pré-análise do material em que está a mensagem, sendo feita a: (a) *escolha dos documentos*, que, no caso deste trabalho, já foi realizada na seleção dos periódicos e nas observações sobre as palavras-chave e na (b) *leitura flutuante*, que seria o primeiro contato do pesquisador com os documentos selecionados. Essa leitura, a princípio despreziosa, vai se tornando mais rigorosa a partir do momento em que se definem as *categorias de análise*.

Neste trabalho, a parte da categorização encontra-se concluída. Como já dito, escolhemos a publicação *Ambiente & Sociedade*, na qual selecionamos os artigos que tratam do tema “sustentabilidade” relativos à interface entre Ambiente e Sociedade, de interesse da Sociologia Ambiental.

4 Apresentação dos resultados e a análise qualitativa

Instrumentalmente, num primeiro momento, foi realizada a *leitura flutuante*. De modo imperativo, esta foi fundamental para apreensão melhor do tema escrito em cada artigo pelo autor deste trabalho. Notamos que, quanto mais familiarizado com o assunto exposto, mais coerente era a escolha da corrente teórica específica de cada artigo. Em seguida, novas leituras eram realizadas, agora visando a classificação e a seleção do trecho a ser exposto⁹.

Após esse trabalho de classificação, encontramos os seguintes resultados:

Tabela 2: Distribuição dos artigos pelas correntes teóricas

Correntes Teóricas	Números Relativos (%)	Números Totais
Materialismo Durkheimiano	39,5	17
Materialismo Marxista	34,8	15
Pós-Materialista	0	0
Construtivistas	6,97	3
Sociedade de Risco	16,27	7
Modernização Ecológica	0	0
Híbridos	2,32	1

Fonte: o autor

Analisando os dados, temos que pensar que a questão ambiental orientada pelos parâmetros das Ciências Humanas apresenta-se como um grande desafio. Os chamados “clássicos” tangenciaram esse assunto; portanto, não apresentam a temática do meio biofísico como centro de suas análises, fruto do contexto histórico em que publicaram seus textos. Com base nisso, a própria palavra-chave escolhida para a análise deste artigo (sustentabilidade) serve como um bom exemplo de como muitas teorias precisam ser repensadas para lidar com a temática ambiental.

A questão da sustentabilidade vem de encontro com um tema que sempre foi muito caro aos estudos “clássicos” nas Ciências Humanas, que é a crença no desenvolvimento e progresso, desconsiderando as bases materiais para tais feitos. Talvez, por isso, por apresentar uma nova proposta diante das tradicionais e criticar a forma como os modelos de desenvolvimento vêm sendo considerados é que a maior quantidade de artigos analisados mostra uma tendência para o Materialismo Durkheimiano.

Nessa corrente teórica, pioneira na temática ambiental, como já explicamos, propõe-se uma mudança na base teórica dos estudos ambientais relacionados às Humanidades. A base material das ações dos grupos sociais precisaria ser considerada para qualquer exposição, pois o meio biofísico reage contra ou favoravelmente às ações dos atores, mesmo que estes não o considerem fundamental ou não notem essa interface das suas ações com o meio.

Alguns autores são enfáticos ao afirmarem a relação intrínseca entre o ambiental e o social numa clara menção a uma mudança de paradigmas, valorizando o Novo Paradigma Ecológico (NEP), como McReynolds (1999, p. 181), que diz que “a essência da sociologia do meio ambiente tem sido de recuperar e revelar a

materialidade da estrutura e vida social, e o faz de maneira a produzir entendimentos relevantes de modo a resolver problemas ambientais” e Viana (1999, p. 243), que propõe que “o envolvimento sustentável deve buscar reverter o distanciamento do Homem em relação à natureza”. Outros acrescentam a questão do meio biofísico aos estudos teóricos, mostrando que este é mais um elemento a ser considerado pelo pesquisador, como vemos em Guerra (2004, p. 158) ao concluir que “para se atingir um desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária é necessário considerar os seus aspectos sociais, econômicos e ambientais”.

Alguns trabalhos apresentam essa interação de forma interessante, como é o caso do artigo de Rebelo (2000), que trabalha a relação dos habitantes da região amazônica e o consumo de quelônios, proibido legalmente. No entanto, essa norma é ignorada na alimentação de muitos ribeirinhos, só perceptível diante da queda na quantidade de animais para o consumo. Dito de outra forma, afastando-se das relações entre o legal e o ilegal, os habitantes, no dia a dia, percebem o impacto das ações dos caçadores de quelônios e os resultados disso. Essa é vulnerabilidade ecológica do processo, exposta por Catton e Dunlap (1979), em que a sociedade local “gasta mais recursos que a capacidade natural de repô-los”, gerando “escassez”.

Ainda no mesmo enfoque, notamos artigos que buscam mais que relacionar a temática ambiental com os atores sociais; estes realizam também duras críticas à falta de associação dos indivíduos com o meio natural, como lemos em Equiza (2003, p. 184), que afirma que “El reconocimiento de esta relación dialéctica abre posibilidades para visiones críticas, más extendidas con respecto al desarrollo que a la Naturaleza y que, justamente por ello, requiere la elaboración de una teoría más amplia sobre La sustentabilidad”; e Foladori (1999, p. 33), que comenta que “la sociedad humana es vista en su relación genérica, y por lo tanto ahistórica, con el medio ambiente. Se pierde de vista, con ello, la especificidad histórica que proviene de la forma de organización económica y sus relaciones sociales”.

Outros autores exaltam as consequências, geralmente trágicas, da visão parcial das ações dos agentes, como em Cavalcanti (2004, p. 151-153), que trata da “fase de óbvia degradação ecológica provocada pela vida moderna e pelo desenvolvimento, sucedeu-se uma preocupação com fenômenos ambientais transfronteiriços e menos visíveis, ou até invisíveis, como o buraco na camada de ozônio, a mudança climática provocada pela emissão de gases-estufa (...). O problema é que as prioridades econômicas atropelam invariavelmente considerações de ordem ecológica”.

A noção de base material como elemento importante para a ação social é muito presente nos textos analisados, certamente pela escolha da palavra-chave (sustentabilidade), como comentamos, que nos dirige a repensar a ação da promoção do desenvolvimento pelas sociedades e leva o enfoque para o lugar da ação dos agentes e seus impactos diretos. Sendo assim, a corrente teórica que considera a importância da base material, além do Materialismo durkheimiano citado

acima, é o Materialismo marxista, não por acaso com a segunda maior quantidade de artigo (34,88%), pouco abaixo da corrente durkheimiana (39,53%).

Essa base teórica parte da crítica ao capitalismo e suas ações como elementos de constante degradação no meio biofísico, em que a preocupação com a acumulação de capital geralmente não congrega com a questão ambiental. A maior crítica dessa corrente teórica é direcionada ao Estado e suas ações dentro do capitalismo para garantir a manutenção de seu poder e de sua popularidade, quando provoca “retiradas” de recursos e “acréscimos” de elementos nocivos (poluição, por exemplo), resultado do modelo produtivo. Dito de outra forma, a ação do Estado e os impactos ambientais têm uma relação íntima, como demonstra Ribeiro (2002, p. 2) que “no âmbito da estrutura político-administrativa, a eficiência da organização burocrático-racional ficou limitada a alguns núcleos dentro da estrutura do Estado, enquanto que no restante prevalece a relação clientelista”.

A lógica da acumulação capitalista também foi o tema da organização de alguns artigos, nos quais os autores estabeleceram duras críticas ao modelo de produção vigente e seu modo de significar os recursos naturais como geralmente infinitos e fonte de lucro para o explorador. Isso faz-se presente nos trechos de Layrarkes (1999). Nestes, o sistema capitalista visa “submeter a biodiversidade às leis do mercado, se nutrido, como um parasita, da repulsa pela natureza” (LAYRARKES, 1999, p. 226). Nesse sentido, Lessa (1999, p. 168) também afirmar que existe “a manutenção de uma relação dos homens com a natureza na qual apenas as condições de reprodução da classe dominante ficam asseguradas”.

Um artigo interessante e que serve de excelente exemplo sobre a corrente teórica exposta é o de Aguiar (2005), que trata das relações entre a agricultura sustentável e a inserção dos modelos comerciais do agronegócio no Cerrado do Piauí. Nesse estudo de caso, o autor apresenta as condições que as grandes propriedades monocultoras, as quais utilizam muita maquinaria agrícola, vasta extensão de terras e oferecem poucos serviços temporários. Esses trabalhadores, além de tudo, são precarizados; inserem-se no espaço onde antes vigorava a produção familiar. Aguiar (2005) aborda, em especial, a falta do tratamento das questões ambientais na expansão desses novos espaços agrícolas, estimulando desmatamentos e poluições do solo e água, ou seja,

o processo de uso e ocupação do Cerrado de Uruçuí está ocorrendo de forma desordenada e acelerada, sem a devida preocupação com o cumprimento da legislação ambiental, que é um instrumento normativo para a garantia do desenvolvimento com responsabilidade ambiental. (AGUIAR, 2005, p. 17)

Assim, vemos como a lógica da acumulação capitalista incentivada pelo Estado não se adapta às questões ambientais muito básicas, como o respeito ao equilíbrio local.

Notamos, pelas duas correntes teóricas analisadas, que, na busca pela construção de uma Sociologia Ambiental no Brasil, tende-se a valorizar a presença do meio biofísico, seja como agente de conflito, elemento presente nas relações de poder de determinados grupos ou gênese de consequências das ações dos agentes. Este não justifica todas as ações, mas se mostra um elemento importante nas análises, o que, portanto, deve ser considerado. Isso é demonstrado pela presença marcante e incontestável do caráter materialista (74,41%) nos artigos de Sociologia Ambiental, seja este Durkheimiano (39,53%) ou marxista (34,88%).

A construção da Sociologia Ambiental como uma esfera própria do conhecimento sociológico exige, necessariamente, a afirmação de um arcabouço teórico particular, que lhe ofereça especificidades, como os artigos analisados, em que a maioria, ao afirmar a materialidade nos processos sociais, justifica a presença de um campo de análise próprio de ação da temática ambiental e enfatiza a sua relevância.

Sete artigos, representando 16,27% do total analisado, aproximaram-se da corrente teórica Sociedade de Risco, corrente essa que apresenta a questão ambiental como uma das consequências do aprofundamento da modernidade simples. No entanto, essa perspectiva crê que a radicalização dessa modernidade daria origem a uma “modernização reflexiva”, em que as ações dos agentes e instituições seriam orientadas para uma transformação, o que Beck (1997, p. 13) denominou de “(auto)destruição criativa” (p. 13). Diante disso, temos o artigo de Foladori (2002), que discute os passivos ambientais, resultado da desativação de empreendimentos industriais, que atingem todos no entorno, independentemente de classe social. Foladori (2002, p. 1) mostra que “depois de amortizado o investimento, essa infraestrutura era abandonada e o solo e meio ambiente muitas vezes ficava degradado e contaminado, criando problemas para os futuros investidores ou moradores dessa área”, apresentando um excelente exemplo da democratização dos impactos ambientais.

Outros autores buscam dissertar sobre como a temática ambiental é percebida pelos atores sociais, como em Jacobi (2006, p. 185), pois “o tema do consumo sustentável introduz principalmente a politização dos problemas e a compreensão das interdependências entre as escalas micro de inserção dos indivíduos e a escala de problemas gerados no contexto global”.

Poucos artigos (6,97%) aproximaram-se da corrente construtivista e versaram sobre a construção social das questões ambientais. Nessa corrente, autores como Hannigan (2009) mostram-nos como grupos de pressão são criados e movimentam interesses associados aos impactos no meio biofísico. Temas ambientais são tratados abertamente, movimentando influência e dinheiro; outros, muitas vezes, caem no esquecimento, mostrando, portanto que as questões que envolvem o meio ambiente muitas vezes estão longe de ser aparentemente ingênuas.

Rattner (1999, p. 234) cita isso, mostrando que a discussão teórica das questões ambientais

revela uma luta disfarçada pelo poder entre diferentes atores sociais, competindo por uma posição hegemônica, para ditar diretrizes e endossar representações simbólicas de sustentabilidade, seja em termos de biodiversidade, sobrevivência do planeta ou de comunidades autossuficientes e autônomas.

Lima (2003, p. 107) também cita que “à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares”. Muitas vezes, essa questão dos interesses ocorre inconscientemente, como mostra o excelente artigo de Scherer-Warren (2003, p. 220) sobre as transformações e a apropriação do espaço dos cidadãos da Lagoa da Conceição, no qual a autora afirma que “diversidade de habitantes na Lagoa não isenta o lugar de conflitos e de distintas representações de seu mundo, por outro lado, estes se encontram em um ponto de suas representações: a forma como hierarquizam a questão ambiental. Esta ocupa uma posição privilegiada no imaginário, nas preocupações, nas práticas dos movimentos associativistas, de ambos os grupos”.

Apenas um dos artigos foi considerado “híbrido”, por apresentar claramente traços de mais de uma corrente teórica. Curiosamente, também há um artigo produzido como um manifesto, resultado do Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bogotá, em 2002. Como todo manifesto conclusivo de conferências, seu texto teve que abarcar uma ampla gama de contribuições de todos os participantes, fato que favorece a presença de várias opiniões; conseqüentemente, diversas teorias embasando os múltiplos discursos.

Ao prosseguirmos com o processo de análise, percebemos uma ausência de aproximação com duas das correntes teóricas, a Modernização Ecológica e a Pós-Materialista. A tratarmos a corrente teórica Modernização Ecológica, no início deste artigo, acreditávamos que a presença desta seria marcante, pois esta corrente teórica sofre muita influência de todos os movimentos pró-ecológicos com base no Relatório Brudtland, em que se fortaleceu o conceito de sustentabilidade, palavra-chave escolhida. Porém, verificou-se o contrário neste trabalho.

Por fim, a teoria Pós-Materialista parte da criação de novos valores por parte da sociedade civil ligados a questões como qualidade de vida e a própria sustentabilidade, diante da necessidade de uma nova tomada de consciência por parte daquelas que antes degradavam o meio natural. Acredita-se que, resolvendo questões materiais ligadas à sobrevivência, outros valores e necessidades emergiriam; entre estes, a questão ambiental.

Embora a sustentabilidade surja no contexto da Modernização Ecológica e seja vista, por muitos, como um valor pós-material, nenhum artigo analisado nesta reflexão apresentou traços dessas duas correntes teóricas, o que não diminui a importância dessas abordagens. No entanto, temos a certeza de que para a palavra-

chave estudada e os interesses demonstrados pelos autores podem ser outros, o que justifica a ausência dessas correntes específicas, como demonstraremos mais adiante.

No fazer da Sociologia Ambiental brasileira contemporânea, notamos, pela análise dos artigos, uma postura muito crítica sobre a realidade e sobre as ações do passado na questão das relações dos agentes com o meio natural. Desde a introdução deste trabalho, a emergência das análises com a interface entre Ambiente e Sociedade foi percebida como muito recente no Brasil e, por vezes, vista com desconfiança por vários setores da sociedade, os quais chegam a alegar que muitas das discussões ambientais representariam um retrocesso no propalado desenvolvimento econômico.

Isso estimula muitos artigos com críticas ao modelo vigente e denúncias sobre os impactos ambientais. Nossa Sociologia Ambiental, antes de proposições, presentes e valiosas, firma-se principalmente como crítica aos velhos paradigmas. Apresentar o impacto presente como resultado de um modelo ou de ações do passado mostra-se traço comum nos artigos analisados e o estágio de configuração da Sociologia Ambiental em nosso País.

A Modernização Ecológica, por exemplo, parte de um consenso que não existe em muitos segmentos da economia e política brasileiras. Somente se pensa na valorização de “tecnologias verdes” na medida em que se estimula e julga-se necessária uma mudança de postura e um vultoso investimento em capital e na conscientização de muitos setores da sociedade civil.

Os avanços da Modernização Ecológica seguem paralelos ao desenvolvimento de uma consciência ambiental nos países europeus, por exemplo. A pressão exercida pela sociedade civil alinhada à ação forte do Estado são os elementos fundamentais para novas tecnologias que transformariam o industrialismo que destrói aquele que preserva (MOL, 2000). Em nosso País, essas ações carecem de investimentos e parecem estar distantes da realidade, reflexo disto é a ausência de artigos que demonstrem esta corrente teórica.

No que tange ao Pós-Materialismo, Inglehart (1990) explica que a emergência de valores pós-materialistas, entre estes o ambientalismo, depende da supressão das preocupações com os valores tidos como materiais, como a sobrevivência e subsistência. Dito de outra forma, ao passo que condições como moradia e alimentação deixam de ser preocupações para a população, isto garante-lhes possibilidades para lançarem luz às outras questões da existência, como novos valores para a qualidade de vida, em que o bem-estar ambiental torna-se tema central.

Somente em países centrais essa condição vem se mostrando viável, pois só onde a renda é suficientemente elevada para que a população não tenha mais preocupações materiais é possível atingir-se um estágio de pós-materialidade. Num país pobre e extremamente desigual como o Brasil, as preocupações tidas como materiais ainda fazem parte do cotidiano de grande parcela da população.

A questão ambiental é, principalmente, uma questão social. A degradação existente em áreas de pobreza pode ser aplacada pela geração de emprego em rendas sustentáveis, antes de qualquer processo de conscientização. Nos países periféricos, o Pós-Materialismo fica restrito à pequena parcela mais abastada da população e, quanto maior a desigualdade, menor a quantidade de pessoas que podem compactuar desses valores.

Embora, no Brasil, questões como a responsabilidade socioambiental e o consumo consciente venham ganhando espaço, principalmente em uma camada da classe média, esses temas ainda não cresceram a ponto de traduzirem-se em estudos e marcarem presença nos artigos analisados.

5 Considerações finais

Neste trabalho, buscamos aplicar a metodologia da Análise de Conteúdo para analisar artigos selecionados que apresentavam a interface entre Ambiente e Sociedade, agrupando-os em diferentes enfoques teóricos. No entanto, para além da questão técnica do trabalho, propomo-nos a uma ação de teorizar a Sociologia Ambiental com base em seus próprios conceitos, buscando mostrar que temos, especificamente no Brasil, um núcleo teórico fortemente estabelecido, coerente e que oferece bases para nossas próprias análises.

Mostramos, pela análise dos artigos, que nossa produção teórica não se exime da crítica ao modelo de desenvolvimento predatório, buscando trabalhar com os múltiplos espaços e categorias/atores oferecidos pelo nosso rico meio natural. Esse cenário apresenta-nos um futuro promissor para novos terrenos investigativos.

A Sociologia Ambiental brasileira, embora tenha iniciado seus trabalhos com a discussão ambiental já presente em muitos outros países, deve buscar se fortalecer academicamente por meio da valorização de sua teoria, de sua inserção em muitas universidades em disciplinas específicas e em cursos de pós-graduação que produzam mais conhecimento sobre o tema, e, principalmente, na formação de espaços de discussão e troca de experiência entre pesquisadores; A Sociologia Ambiental revelar-se-ia, assim, uma esfera de estudo multifacetada, buscando inovar e (re)fazer paradigmas, buscando um espaço para (re)pensarmos a construção de uma nova “imaginação sociológica ambiental” brasileira.

6 Referências

AGUIAR, T. J. A.; MONTEIRO, M. S. L.. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense. *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 2, 2005.

BARDIN, L.. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 2008

BECK, U.. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BECK, U.. *La sociedad del riesgo: hacia una nova modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

BUTTEL, F.. A Sociologia e o Meio Ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *Perspectiva: Revista de Ciências Sociais*, Unesp, v. 15, p. 69-94. São Paulo, SP, 1992

BUTTEL, F.. Environmental and Resource Sociology: theoretical Issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology*, vol. 61, 1996.

BUTTEL, F.. Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: algumas observações teóricas. In HERCULANO, S.; PORTO, M.; FREITAS, C. (orgs). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói, RJ: EDUFF, 2000.

BUTTEL, F.. Instituições Sociais e Mudança Ambiental. In FERREIRA, L. C. (org.). *A Questão Ambiental e as Ciências Sociais. Idéias*. Ano 7(2)/8(1). IFCH-UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2002.

CATTON, W. R. Jr.; DUNLAP, R. E.. Environmental Sociology. *Annual Review Sociology*. v. V, 1979

CATTON, W. R. Jr.; DUNLAP, R. E.. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, v. 13, n.1, Washington, 1998.

CAVALCANTI, C.. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Revista Ambiente & Sociedade*. Campinas, SP, n. 1, 2004.

DUNLAP, R. From Environmental to Ecological Problems. In: CALHOUN, C.; RITZER, G. (orgs.). *Social Problem*. New York: MacGraw-Hill, 1993.

EQUIZA, A. M. F.. Ecología, Economía y Ética del desarrollo sostenible. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 2, 2003.

FERREIRA, L.. *Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, L.. Brazilian environmental sociology: a provisional review. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, 2002.

FERREIRA, L.. Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

FOLADORI, G.. Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 5, 1999.

FOLADORI, G.. Desengenharia: o passivo ambiental na desativação de

empreendimentos industriais. *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 10, 2002.

FOSTER, J. B. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, M. L. P. B.. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.

GUERRA, R.. Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no estado do Acre. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 1, 2004.

GIDDENS, A.. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 1991

GORZ, A.. *Ecology Politics*. Londres: Pluto, 1980.

HANNIGAN, J.. *Sociologia Ambiental*. Petrópolis: Ed Vozes, 2009.

ILLICH, I.. *A Convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1976.

INGLEHART, R.. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

JACOBI, P.. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 1, 2006.

LAYRAGUES, P. P.. Geopolítica da Biodiversidade. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 5, 1999.

LESSA, S.. Los limites Del desarollosustentable. *Revista Ambiente & Sociedade* Campinas, SP, n. 6 e 7, 2000.

LIMA, G. da C.. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 2, 2003.

MCREYNOLDS, S. A.. Guia para iniciantes em Sociologia do Meio Ambiente: definição, lista de jornais e bibliografia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 5, 1999.

MOL, A.. A Globalização e a mudança dosmodelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In: HERCULANO, S; PORTO, M e FREITAS (orgs.). *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Niterói: Eduf, 2000.

RATTNER, H.. Sustentabilidade – uma visão humanista. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 5, 1999.

REBELO, G.; PEZZUTI, J.. Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual." *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 6/7, 2000.

RIBEIRO, T. G.. A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 10, 2002.

SANTICIOLLI, A. M.. Manutenção do Banco de Dados: os periódicos da área ambiental. *Projeto de Iniciação Científica*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SCHERER-WARREN, I.. Lagoa da Conceição – Meio ambiente e modos de vida em transformação. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 2, 2002.

SCHNAIBERG, A.. *Local Environmental Struggles: citizen activism in the treadmill of production*. New York: Cambridge University Press, 1996

SPAARGAREN, G.; MOL, A.; BUTTEL, F.. *Environment and Global Modernity*. New Delhi: Thousand Oaks, 2000.

YEARLEY, S.. *Sociology, Environmentalism and Globalization*. London: Sage, 1996

VIANA, V. M.. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, n. 5, 1999.

Notas

1 Até então, a discussão ambiental no Brasil era dispersa e fruto de algumas iniciativas particulares como a criação da pioneira Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) pelo ambientalista José Lutzenberger

2 Uma apresentação dos resumos dos artigos utilizados neste trabalho e outros materiais relacionados com a temática ambiental pode ser encontrada em um interessante Banco de Dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que pode ser acessado em <http://www.nepam.unicamp.br/lamas>

3 Um bom exemplo disso encontra-se em Giddens (1991, p. 129), no qual este trabalha com base no conceito de risco e comenta que “a categoria do ambiente criado, ou ‘natureza socializada’ se refere ao caráter alterado da relação entre os seres humanos e o ambiente físico. A variedade de perigosos ecológicos nesta categoria deriva da transformação da natureza por sistemas de conhecimentos humanos”.

4 Em língua inglesa: “Human Exceptionalist Paradigm” (HEP)

5 Em língua inglesa: “New Ecological Paradigm” (NEP)

6 Trabalho de Iniciação Científica realizado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Leila da Costa Ferreira.

7 As palavras-chaves presentes eram: Ambientalismo e Discurso Ecológico, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Meio Ambiente, Conflitos Sociais, Democracia, Economia Ambiental, Educação Ambiental, Estrutura Fundiária, Estudos de Representações Sociais, Estudos Teóricos/Conceituais, Extrativismo, Gestão de Áreas Protegidas, Globalização, Governabilidade, Interdisciplinaridade, Mudanças Ambientais Globais, Mundo do Trabalho, Participação Popular, Políticas e Projetos Ambientais, Políticas Públicas, Populações Tradicionais, Processos Migratórios, Projeto de Desenvolvimento Local/Regional, Qualidade de Vida e Risco, Recursos Hídricos, Recursos Naturais, Saúde Pública, Sustentabilidade, Temas Agrários/Agrícolas, Temas Amazônicos, Temas Urbanos, Tratados e Relações Internacionais e Turismo e Ecoturismo.

8 Pensando nas perspectivas e limites epistemológicos do artigo, contamos a palavra-chave “sustentabilidade” em termos absolutos; portanto, não consideramos as possíveis outras palavras-chave que poderiam acompanhar o artigo.

9 Para visualizar todos os trechos dos artigos e conhecer mais detalhes da Análise de Conteúdo, sugerimos acessar o trabalho completo em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000793846&opt=1>